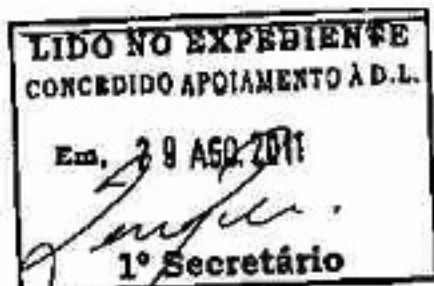
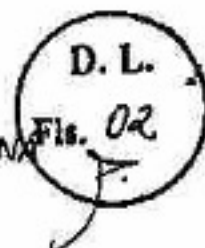


DEP. GILBERTO RIBEIRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº

686/11

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre as doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica, do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica obrigatória a afixação de cartazes educativos nos sanitários de uso público, cinemas, teatros, lojas de artigos eróticos, casas de massagem, saunas, hotéis, motéis e estabelecimentos do gênero, em local de fácil visualização e leitura, contendo informações básicas sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, bem como sobre as formas de evitá-las.

Parágrafo único. Consideram-se, para efeito desta Lei, sanitários de uso público, aqueles colocados à disposição da população em prédios públicos, estabelecimentos comerciais e eventos públicos ou privados.

Art. 2º. Os cartazes de que trata o *caput* do art. 1º, serão afixados no espaço interno dos locais e deverão conter número telefônico dos serviços de saúde e órgãos governamentais para atendimento e esclarecimento de dúvidas do cidadão.

Art. 3º. O Poder Executivo, regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

D. L.

Fl. 03

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2011.


GILBERTO RIBEIRO
DEPUTADO ESTADUAL

Justificativa em anexo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

D. L.

Fla. 04

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dispor sobre a obrigatoriedade de cartazes sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis nos sanitários públicos, cinemas, teatros, lojas de artigos eróticos, casas de massagem, saunas, hotéis, motéis e estabelecimentos do gênero do Estado do Paraná.

Estas doenças são causadas por vários tipos de agentes. São transmitidas, principalmente, por contato sexual sem o uso de camisinha, com uma pessoa que esteja infectada e, geralmente se manifestam por meio de feridas, corrimentos, bolhas ou verrugas.

Eles são de dois principais tipos: vírus (que causam Aids, herpes, hepatite B e infecção por papilomavírus) e bactérias (gonorreia, sífilis e infecção por clamídia). Algumas DSTs são de fácil tratamento e de rápida resolução. Outras, no entanto, têm tratamento mais difícil ou podem persistir ativas, apesar da sensação de melhora relatada por pacientes.

Estas doenças são muito freqüentes e podem causar problemas graves – incluindo certos tipos de câncer nos órgãos sexuais e em outros órgãos, inclusive, pode o paciente chegar até a morte se não forem tomadas as devidas precauções.

Algumas DSTs também podem ser transmitidas da mãe infectada para o bebê durante a gravidez ou durante o parto. Podem provocar, a interrupção espontânea da gravidez ou causar graves lesões ao feto.

Alertar a população e criar meios para que tais problemas venham a se tornar menos freqüente na sociedade é dever de todos.

Com base no acima exposto, contamos com a devida aprovação dos Nobres Pares desta Casa de Leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº 686/11

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre as doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica, do Estado do Paraná.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, visa estabelecer a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica, no âmbito do território paranaense.

Na sessão desta Comissão de 30 de novembro de 2011, o presente projeto foi baixado em diligência à Secretaria de Estado da Saúde, da qual recebeu parecer favorável através do Ofício nº 027/2012/GS.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, assevera-se a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Quanto à matéria sob análise, tem-se que é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção e defesa da saúde, consoante a regra insculpida no artigo 24, Inciso XII, da Constituição da República:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifou-se)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar o que dispõe a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conclui-se, portanto, pela consonância da presente proposição no que diz respeito à iniciativa parlamentar, bem como a competência do Estado para legislar acerca de proteção e defesa da saúde.

Depreende-se da presente proposta legislativa que não há interferência na iniciativa privativa do Poder Executivo, atribuída pela Constituição Estadual em seu art. 66, na medida em que não concede novas atribuições aos órgãos estatais dirigidos à saúde.

Observa-se, ainda, que a presente proposta legislativa não só não vai de encontro às atribuições conferidas à Secretaria de Estado da Saúde em seu decreto de criação – Decreto nº 2270/1987 – como contribui para o atendimento do interesse público, na medida em que as medidas que pretendem ser implementadas se destinam aos estabelecimentos particulares, e por estes devem ser providenciados de acordo com norma regulamentadora e ser expedida pelo Poder Executivo após sua transformação em Lei.

Ainda, importante observar que o presente projeto recebeu, em diligências, parecer favorável da própria SEMA, através do Ofício nº 018/2012/GS, que se posicionou positivamente ao escopo da proposição sob análise.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 28

Dessa forma, levando-se em conta que as obrigações descritas no projeto recaem unicamente sobre a iniciativa privada, tem-se que o presente projeto não implica em impacto financeiro, estando em perfeita consonância com a Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, encontra-se em perfeita consonância com os ditames de técnica legislativa impostos pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 07 de 02 de 2012.

DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 686/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica, contendo informações básicas sobre estas, bem como sobre as formas de evitá-las.


A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.


Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por finalidade tornar obrigatória a afixação de cartazes educativos nos sanitários de uso público, cinemas, teatros, lojas de artigos eróticos, casas de massagem, saunas, hotéis, motéis e estabelecimentos do gênero, em local de fácil visualização e leitura, contendo informações básicas sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs e formas de prevenção.

Corroborar com as pertinentes justificativas apresentadas pelo autor da proposição o parecer técnico emitido pela Secretaria da Saúde, manifestamente favorável ao projeto, ressaltando que as mensagens sejam de cunho positivo, não discriminatório dos espaços estabelecimentos alcançado, bem como da clientela usuária.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em de dezembro de 2011.


DR. BATISTA
Presidente


MARLA TURECK
Relatora



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA



PARECER AO PROJETO DE LEI No.686/2011

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre as doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica, do Estado do Paraná.

AUTOR: Deputado Gilberto Ribeiro.

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Saúde.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise prestar maior esclarecimento à população sobre as doenças sexualmente transmissíveis (as chamadas DST's) através de afixação de cartazes educativos em locais de grande circulação como sanitários de uso público, cinemas, teatros, lojas de artigos eróticos, casas de massagem, saunas, hotéis, motéis e estabelecimentos do gênero, em local de fácil visualização.

Está o autor do projeto de lei em pauta colaborando com as diretrizes já adotadas pelo poder público na consecução dos objetivos que garantem ao cidadão o direito à saúde.

O direito à saúde é sagrado e está expresso na Constituição desde de 1988, em seu artigo 196:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação".

Constituição Federal de 1988, artigo 196.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Assim, esse é um direito fundamental do cidadão, assegurado pelo artigo 196 com aplicação imediata, pois sem saúde não há como se levar uma vida digna.

Diante do exposto, somos de PARECER FAVORÁVEL a continuidade da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 23 de maio de 2012.


DEP. TADEU VENERI
Presidente


DEP. ROSE "LITRO"
Relatora







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Klase, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hoffeiben Mello e Deputada Rose Litro



Comissão de Defesa do Consumidor

○ Parecer ao Projeto de Lei no. 686/2011

Autor: Deputado Gilberto Ribeiro

Sumula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre as doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica

○ **Justificativa:** Alertar a população sobre os riscos e características das doenças sexualmente transmissíveis

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

Parecer:

O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

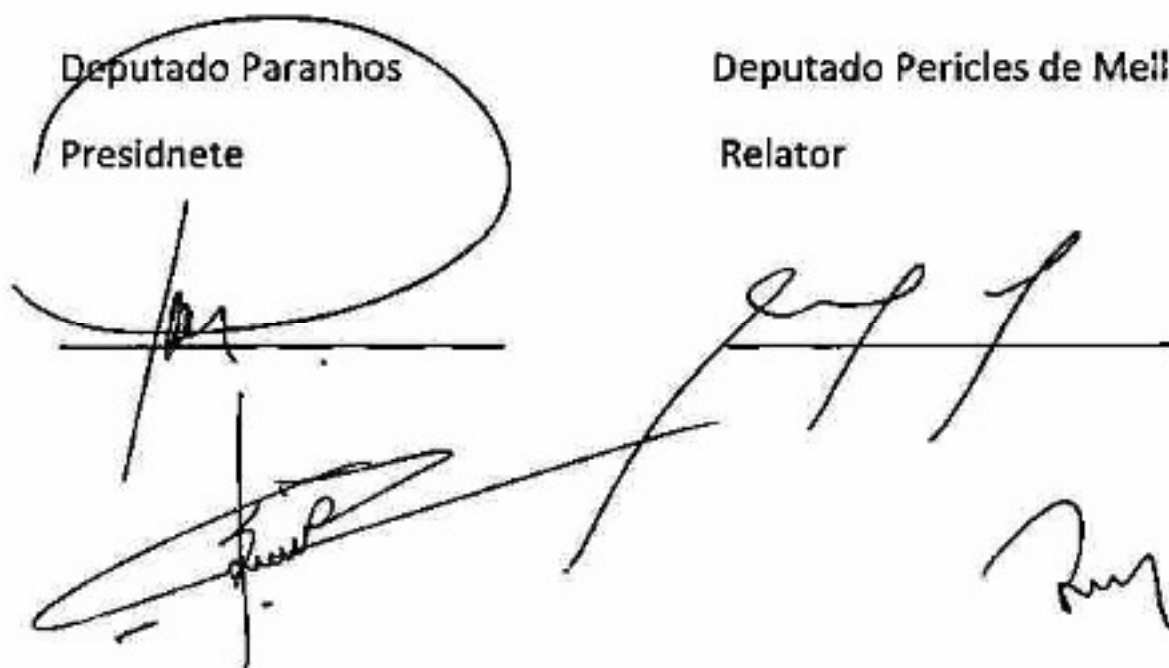
Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

● Sala de Reuniões, em 03 de 07 de 2012

Deputado Paranhos
Presidnete

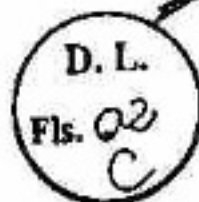
Deputado Pericles de Mello
Relator

●

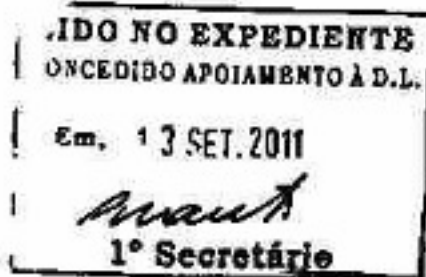




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



GABINETE DO DEPUTADO TERUO KATO



PROJETO DE LEI Nº 740/11

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO ENVIO DA CÓPIA DO CONTRATO DE ADESÃO AOS CONSUMIDORES, POR CARTA REGISTRADA NA MODALIDADE DE AVISO DE RECEBIMENTO - AR.

Autor: Deputado Teruo Kato

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam as operadoras de serviços de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as de TV por assinatura, obrigadas a enviar aos clientes, no prazo de 7 (sete) dias corridos, cópia dos contratos de adesão e do termo de aditamento, em caso de alterações no contrato, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

Art. 2º - Aplicar-se-á as disposições contidas nesta lei, aos contratos de adesão formalizados pela internet ou pelo serviço de telemarketing.

Art. 3º - A inobservância das disposições contidas na presente lei importará, no que couber, a aplicação das penalidades contidas no artigo 56 da lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (CDC).

Art. 4º - Aos órgãos de defesa do consumidor do Poder Executivo e do Poder Legislativo, dentro de suas competências legais, cabe a adoção das medidas necessárias para fiel cumprimento das disposições contidas na presente lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Seção, 12 de setembro de 2011.

Teruo Kato
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A grande maioria das empresas que prestam serviços de telefonia fixa, móvel, de internet banda larga e TV por assinatura, não enviam aos clientes cópia do contrato de adesão dos serviços pactuados.

A ausência do contrato, que descreve os direitos e obrigações das partes, tem se tomado um grande obstáculo no momento em que os consumidores cobram das empresas a execução dos serviços na forma em que foi oferecido, haja vista que a maioria dos serviços são contratados pela central de telemarketing ou pela internet.

O mesmo se aplica quando da alteração ou da migração do plano contratado, isto porque as empresas também não encaminham aos consumidores o respectivo Termo de Aditamento, contendo as mudanças que foram realizadas.

Por outro lado, quando o consumidor demanda contra a empresa prestadora do serviço, através de medida judicial, a falta do instrumento legal (contrato) inviabiliza sobremaneira a solução da lide, uma vez que não tem como comprovar a falha na prestação do serviço.

A falta de transparência e do instrumento formal, no caso o contrato, acabam por facilitar o artifício da fraude e da má fé no momento da execução do serviço prestado daquele que foi oferecido.

Assim sendo, o presente Projeto de Lei tem como objetivo obrigar as empresas a disponibilizar o instrumento jurídico necessário na defesa dos direitos dos consumidores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

Fls. 16
C

VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 740/2011

Projeto de Lei nº. 740/2011

Autor: Deputado Teruo Kato

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento – AR.

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. MATÉRIA CONCORRENTE ENTRE UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS. COMPETÊNCIA DE QUALQUER DEPUTADO ESTADUAL PARA PROPOR O PROJETO DE LEI EM QUESTÃO. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo obrigar que as operadoras de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as televisões por assinatura, enviem aos clientes, num prazo de sete dias corridos, cópia dos contratos de adesão e do termo de aditamento, em caso de alterações, contratados via Internet ou telemarketing, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento (AR).

2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade,
legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em
face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e
alterações posteriores.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 17
C

3. DA ANÁLISE CONSTITUCIONAL E LEGAL

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Não apenas está legitimado para propor tal projeto de lei, o Deputado Estadual Teruo Kato está amparado pela Constituição Federal, em seu art. 24, V, onde se estabelece que a competência para legislar sobre produção e consumo (direito do consumidor) é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal. Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
V - produção e consumo.

Portanto, o nobre Deputado está amparado constitucionalmente e regimentalmente para apresentar tal projeto, pois é legitimado para propor projetos de lei, com também por se tratar de matéria concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

Não apenas amparado, mas como representante do povo na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o parlamentar tem o dever constitucional de elvar todos os esforços para a garantia da saúde aos cidadãos, e não é outro senão o do caso em tela.

Por fim, mas não menos importante, mister salientar que o projeto de lei em análise não atribui qualquer responsabilidade ao Governo do Estado, tampouco aumenta a despesa do Estado; pura e simplesmente estabelece regras a serem respeitadas pelas operadoras de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as televisões por assinatura.

Portanto, o presente projeto de lei, encontra guarida legal e constitucional, merecendo parecer favorável.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 18
C

4. CONCLUSÃO

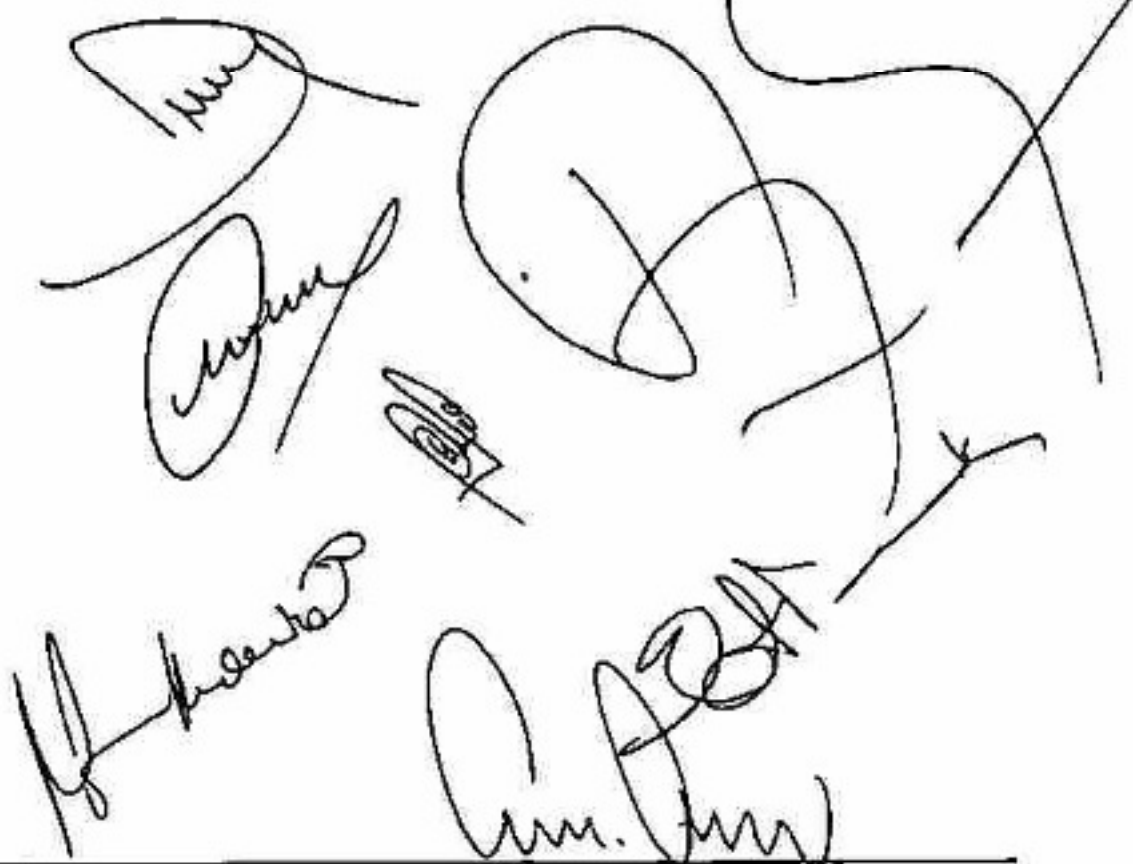
Diante do exposto, opina-se pela aprovação do presente Projeto de Lei, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2011


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Elio Rusch
Dulio Zoni





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 740/11

AUTOR: DEPUTADO TERUO KATO.

RELATOR: NELSON GARCIA

SÚMULA: dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

JUSTIFICATIVA

Ausência do contrato tem dificultado no momento que os consumidores cobram das empresas e execução dos serviços na forma que foi compactuado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de março de 2012.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 740/2011

Projeto de Lei nº 740/2011
Autor: Deputado Teruo Kato

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 740/11, de autoria do Deputado Teruo Kato, dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 740/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva trabalhar um ponto que favorece de forma direta os consumidores. Obrigando as operadoras de serviços de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as de TV por assinatura, a enviar aos clientes no prazo de 7 dias corridos, cópia dos contratos de adesão e do termo de aditamento, em caso de alterações, por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

Desta Forma, destacamos a importância de tal proposição. O Projeto de Lei 740/11 em análise desta Comissão, no que justifica-se em seu mérito, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão não bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

O presente projeto de lei visa garantir ao consumidor o direito de receber o contrato de adesão, garantindo desta forma o princípio de igualdade entre as partes.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas, neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ em seu voto em separado, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta oferece benefício total à população, não encontrando-se impedimento algum para seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 740/11, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 09 de Abril de 2012.

MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Klefse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles da Hoffmann Meilo e Deputada Rose Lúcio



Parecer ao Projeto de Lei no. 740/2011

Autor: Deputado Teruo Kato

Sumula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores por carta registrada, na modalidade de aviso de recebimento - AR.

Justificativa: Facilitar o acesso dos consumidores às informações básicas de sua contratação, principalmente quando da ocorrência de algum problema que necessitar de intervenção junto à operadora.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Indústria e Comércio e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 27 de 06 de 2012.



Deputado Paranhos

Presidente

A handwritten signature of Deputado Paranhos, consisting of a large, stylized 'P' with a horizontal line through it, and a smaller signature below it.

Deputado Adelino Ribeiro

Relator

A handwritten signature of Deputado Adelino Ribeiro, consisting of a long, horizontal line with a stylized signature in the center.

A handwritten signature, possibly 'Rui', written in a cursive style.

A large, stylized handwritten signature, possibly 'P. Paranhos', written in a cursive style.

DEP. BERNARDO CARLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
D.V.

PROJETO DE LEI N.º 745, DE 2011

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 SET. 2011

Assinatura
1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre a oferta de "couvert" por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º Os restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar que adotam o sistema de "couvert" disponibilizarão ao consumidor a descrição clara do preço e da composição do serviço.

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se como "couvert" o serviço caracterizado pelo fornecimento de aperitivos assim definidos pelo estabelecimento, servidos antes do início da refeição propriamente dita.

Art. 2º Fica vedado aos estabelecimentos descritos no artigo 1º o fornecimento do serviço de "couvert" ao consumidor sem solicitação prévia, salvo se oferecido gratuitamente.

Parágrafo único. O serviço prestado em desconformidade com o previsto no "caput" não gerará qualquer obrigação ao pagamento.

Art. 3º A infração das disposições desta lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no artigo 56 da lei federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.

Art. 4º Ulterior disposição regulamentar desta lei definirá os detalhes técnicos de sua execução.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fh. 03
07

Art. 5º A despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2011.



BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A lei federal n.º 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - que dispõe sobre a proteção do consumidor, assegura a todos os consumidores o direito basilar a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, sendo obrigatória a existência de uma especificação correta dos preços. Ademais, o CDC¹ ainda veda o fornecimento de serviços sem a prévia solicitação.

Todavia, é conhecimento público e notório que alguns desses preceitos básicos instituídos pelo CDC não costumam ser respeitados pela maioria dos estabelecimentos do gênero no Estado do Paraná. Isto ocorre em virtude da abrangência e generalidade das normas da legislação supracitada, o que possibilita eventuais descumprimentos e cria uma série de dúvidas na população a respeito de seus reais direitos e em relação à aplicabilidade dos preceitos previstos no CDC. Tal situação corrobora a necessidade da edição de legislação estadual específica sobre o tema, que disciplina a cobrança do chamado "couvert" nos estabelecimentos comerciais do gênero de restaurantes, bares e lanchonetes.

Trata-se de um costume já enraizado na cultura estadual e nacional o fato de estabelecimentos oferecerem o chamado "couvert" sem qualquer solicitação prévia, informação ou questionamentos e, ainda, cobrar posteriormente pelos produtos consumidos.

Tal situação configura manifesta violação aos princípios que regem os direitos dos consumidores, uma vez que configuram vantagem excessiva e abusiva, sendo tais posturas incompatíveis com o princípio da boa-fé e a justo tratamento que deve ser dado aos consumidores.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de haver regulação legal ao comportamento reiterado de tais estabelecimentos comerciais, com o fito de proporcionar uma ampla defesa e efetivação dos direitos dos consumidores ao obrigar os restaurantes, lanchonetes, bares e estabelecimentos similares a descrever claramente a composição do preço com a previsão do "couvert", além de impossibilitar o fornecimento do serviço

¹ Código de Defesa do Consumidor



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 05
Obr

citado sem a prévia solicitação do consumidor, salvo quando oferecido sem ônus, ou seja, de forma gratuita.

Posto isso, solicita-se o apoio dos Deputados desta casa na aprovação da presente proposição, demonstrando a intenção desta Assembleia em assegurar os direitos dos consumidores, ante o relevante interesse público do tema abordado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 745/11

Projeto de Lei nº 745/2011.

Autor: Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli

Súmula: Dispõe sobre a oferta de 'couver' por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná.

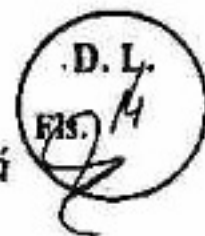
EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RESTAURANTES, LANCHONETES E BARES. REGULAMENTAÇÃO DO CHAMADO "COUVERT". POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA PARLAMENTAR AFERIDA PARA PROPOSITURA DO PROJETO DE LEI, ART. 65 DA CE E ARTS. 121 E 124, DO REGIMENTO INTERNO. COMPETÊNCIA CONCORRENTE ESTADUAL PARA LEGISLAR SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO, ART. 24, V E VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITO DE INFORMAÇÃO SOBRE SERVIÇO OFERECIDO E PROTEÇÃO CONTRA PRÁTICAS ABUSIVAS, ART. 6º, III E IV O CDC. CONSTITUCIONAL E LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli tem por finalidade obrigar a disponibilização ao consumidor da descrição dos preços e serviços de "couver" oferecidos nos restaurantes, bares e lanchonetes no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 65, a Assembleia pode iniciar o processo legislativo para proposição de projetos de lei:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

No tocante ao REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, assim dispõe:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso).

Considerando que o presente projeto tem por finalidade disponibilizar ao consumidor a descrição clara do preço e da composição do serviço de *couvert* nos restaurantes e afins, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece competência legislativa concorrente:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legistar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
(grifo nosso).

Nota-se que a presente lei estabelece a respeito do conceito de *couvert* e como deve ser cobrado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A respeito da informação adequada sobre serviços prestados, bem como proteção contra práticas abusivas, o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, já dispõe em seu artigo 6º, Incisos III e IV que:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços; (grifo nosso).

Conforme afirmado acima, verifica-se que a finalidade do presente projeto é de disponibilizar ao consumidor a descrição clara do preço e da composição do serviço, concluindo-se que não encontra óbices a sua normal tramitação, estando revestido de constitucionalidade e legalidade.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há óbices nem contrariedades ao disposto na Lei Complementar 95/1998.



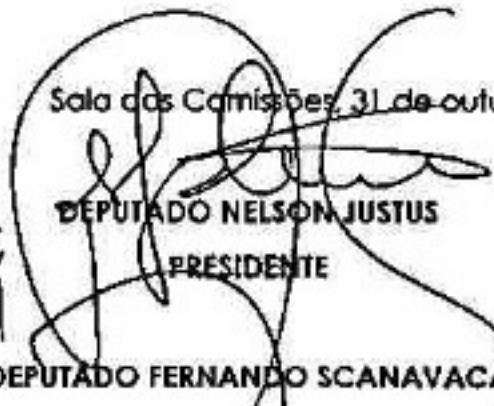
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, configuradas a
CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE deste projeto de lei, opina-se por
sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 745/11

PROJETO DE LEI Nº 745/11

AUTOR: DEPUTADO BERNARDO CARLI.

SÚMULA:

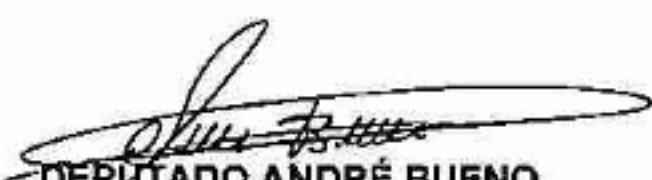
Dispõe sobre a oferta de "couvert" por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA

Fica proibido ao estabelecimento o fornecimento do serviço de couvert ao consumidor sem solicitação prévia salvo se oferecido gratuitamente, proporcionando ampla defesa e efetivação dos direitos dos consumidores.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL presente projeto de Lei.




DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



Sala de Reuniões, 7 de dezembro de 2011





Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 745/2011

Autor: Deputado Bernardo Ribas Carli

Súmula: Dispõe sobre a oferta de "couvert" por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná.

Justificativa: A falta de informação acerca da composição e preço do "couvert", bem como a sua entrega sem a devida solicitação.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio.

Esta Comissão realizou a discussão do presente Projeto de Lei com o Sindicato de Hoteis, Restaurantes, Bares, e Similares do Paraná - SINDOTEL, com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes/Pr - ABRASEL e com a Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas do Paraná - ABRABAR, conforme ata em anexo, da qual resultou a aprovação de seu conteúdo pelos presentes.

O Ministério Público sugeriu que se esclarecesse tratar o "couvert" de aperitivos sólidos e líquidos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, apresentando a seguinte Emenda Substitutiva:

Art. 1º. ...

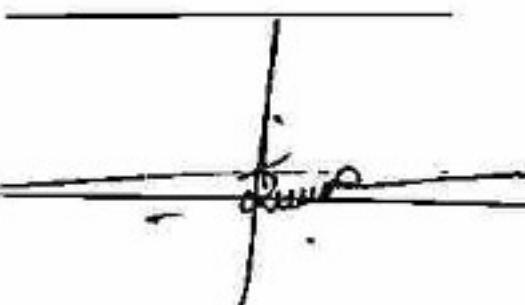
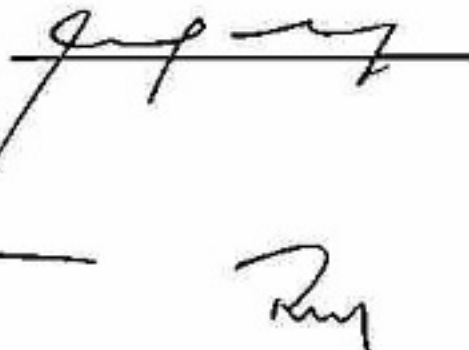
Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se como "couvert" o serviço caracterizado pelo fornecimento de

aperitivos sólidos e líquidos, assim definidos pelo estabelecimento, servidos antes do início da refeição propriamente dita.

Sala das Comissões, em 20 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Adelino Ribeiro
Relator

Emenda Substitutiva ao PL 745/2011:

Art. 1º. ...

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se como "couvert" o serviço caracterizado pelo fornecimento de aperitivos sólidos e líquidos, assim definidos pelo estabelecimento, servidos antes do início da refeição propriamente dita.

Sala das Comissões, em 20 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Adelinô Ribeiro
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 745/11

Projeto de Lei nº 745/11

Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor.

Súmula: Dispõe sobre a oferta de "couvert" por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI Nº 745/11. POSSIBILIDADE, ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Bernardo Carli, tinha como objetivo dispor sobre a oferta de "couvert" por restaurantes, lanchonetes, bares e demais estabelecimentos de gênero similar no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Fernando Scanavacca.

Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Adelino



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ribeiro. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleito a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda modificativa foi proposta pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

Ainda, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
43
Fis. 2

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor de autoria do Deputado Adelino Ribeiro, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO
23/07/12



DEP. FERNANDO SCANAVACA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

9

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em. 17 NOV. 2011

1º Secretário

Projeto de Lei Complementar nº. 898/11

Súmula: Institui a Região Metropolitana de Umuarama e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e art. 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Umuarama, constituída pelos municípios de Umuarama, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Ivatê, Perobal, Maria Helena, Xambê, Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Esperança Nova, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Douradina, Francisco Alves, Icaraima, Iporã, Mariluz, Nova Olímpia, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara e Tapira.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Umuarama terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

Parágrafo 1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista triplíce apresentada pelo Prefeito de Umuarama e outro mediante indicação dos demais municípios que a integram.

Parágrafo 2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

Parágrafo 3º - Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.



Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de Interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviços de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transportes e sistemas viários;

V - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

Art. 6º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2011.



FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual - Líder do PDI



JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 faculta aos estados instituírem, mediante Lei Complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios visando planejar e organizar a execução de políticas públicas de interesse comum.

Esta previsão também consta na Constituição Estadual, que preceitua a necessidade de assegurar *"a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional"*. Denota-se aí a importância de uma administração que envolva poder público e segmentos sociais.

Apesar de crises e dificuldades diversas, a região de Umuarama vem se desenvolvendo e reclama mecanismos capazes de lhe assegurar crescimento ordenado, com planejamento integrado de suas prioridades para a superação dos problemas que enfrenta juntamente com outras cidades, buscando a valorização de suas culturas e tradições, assim como o respeito de suas individualidades.

Diversas outras regiões do Paraná buscam este nível de organização, seguindo o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba que foi constituída ainda em 1973, entre as primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil, sob a designação de "Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec)".

Os avanços obtidos com a integração dos municípios e a unidade que se alcança na coordenação de objetivos comuns são de domínio público, razão pela qual se espera que esta indicação seja acolhida.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 898/11

Projeto de Lei Complementar nº 898/2011.
Autor: Dep. Fernando Scanavacca

Súmula: Institui a Região Metropolitana de Umuarama e dá outras providências.

EMENTA: INSTITUI A REGIÃO
METROPOLITANA DE UMUARAMA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE.
COMPETÊNCIA CONCORRENTE.
LEGITIMIDADE AFERIDA.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Fernando Scanavacca, visa instituir a Região Metropolitana de Umuarama e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 10 / 04 / 12

Marcelo Moura
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 25, §3º, determina que os Estados poderão, mediante Lei Complementar, instituir regiões metropolitanas, vejamos:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 20
C

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

ausente

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

Caito Quintana
vice presidente

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS

Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 898/2011

Projeto de Lei Complementar nº 898/2011 -
"Institui a Região Metropolitana de Umuarama
e dá outras providências"

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Fernando Scanavaca que "Institui a Região Metropolitana de Umuarama e dá outras providências," foi protocolada em 17 de novembro de 2011.

Pretende o autor criar uma nova região metropolitana no Estado do Paraná seguindo a previsão constitucional do artigo 25, §3º dispositivo este que permite a criação de regiões metropolitanas mediante Lei Complementar.

Argumenta o autor que a região de Umuarama já se porta de fato como uma região metropolitana, e necessita de órgãos estaduais que garantam um planejamento ordenado e de programa para o desenvolvimento conjunto dos municípios da citada região. Assim, acredita o autor, que haverá avanços na integração e na unidade da região.

O projeto de lei complementar recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e veio a esta comissão permanente para parecer oportuno. Ocorre que a análise técnica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU informou que não há na região as características técnicas necessárias para a devida criação da Região Metropolitana. Entretanto no parecer não há a descrição de quais as características inexistentes, ou seja, descreveu-se quais são as necessidades técnicas e depois informa que elas não foram preenchidas.

Acreditando que o autor é conhecedor contumaz da região citada e que tomou as devidas atenções, e na ausência de um estudo que afirme o contrário, opto por conceder ao autor a continuidade do presente projeto de lei.

Apesar disto creio que o presente projeto de lei deva receber parecer da Comissão de Finanças já que o mesmo cria impactos financeiros e orçamentários no Estado.

Diante de todo o exposto somos, s.m.j., pelo parecer FAVORÁVEL ao presente projeto indicando a Diretoria Legislativa que o mesmo seja encaminhado a Comissão de Finanças para análise oportuna.

Sala das comissões, 22 de maio de 2012.

Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA
Relator

Dep. Toninho Wandscheer
Presidente da Comissão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 898/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Fernando Scanavaca tem por finalidade instituir a Região Metropolitana de Umuarama e da outras providências.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de junho de 2012.

Presidente em Exercício

ADELMO RIBEIRO

Relator

PUGLIESI

LIVERSEN

MARLA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 898/11

O Projeto de Lei Complementar nº 898/2011, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, visa instituir a Região Metropolitana de Umuarama, constituída pelos municípios de Umuarama, Alto Paraíso, Cruzeiro do Oeste, Ivaté, Perobal, Maria Helena, Xambê, Altônia, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Esperança Nova, Cafezal do Sul, Cidade Gaúcha, Douradina, Francisco Alves, Icaraima, Iporã, Mariluz, Nova Olímplia Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapejara e Tapira.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Alexandre Curi, o Projeto foi aprovado por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa. O Projeto também recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Metropolitanos e da Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais.

Ato contínuo, a Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei a esta Comissão de Finanças, para análise de mérito, o que se passará a fazer.

Procedida a análise da presente proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo § 1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, ambos do Regimento Interno, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação legislativa.

Também, o Projeto de Lei está de acordo com as peças orçamentárias do Estado do Paraná; com a Lei Complementar Federal nº 101, que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

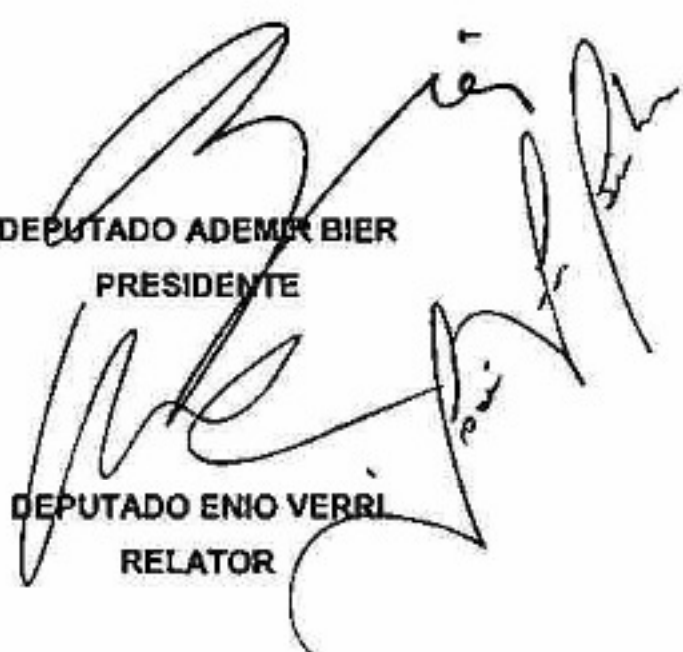


COMISSÃO DE FINANÇAS

estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; e com as demais legislações pertinentes a matéria.

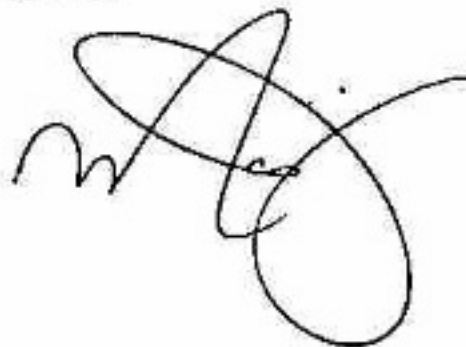
Isto posto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de Junho de 2012.



DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR





PROJETO DE LEI Nº. 987/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 15 DEZ. 2011

1º Secretário

SÚMULA: Institui a "Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa" no Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituída a "Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa", na primeira semana de outubro de cada ano, em consonância com o dia internacional do idoso, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, comemorado no dia 1º de outubro.

Art. 2º Considera-se Idoso, para efeito desta lei as pessoas de idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos do art. 1º da Lei Federal nº 10.741/03.

Art. 3º - São objetivos fundamentais da "Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa".

I - estimular e motivar órgãos públicos e privados à promoção, realização e divulgação de eventos esportivos que valorizem a pessoa idosa;

II - articular ações de socialização, promoção da cidadania e qualidade de vida aos idosos.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@luciana.org.br - Site: www.luciana.org.br

RECIBO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTO Nº 000016 16/09/2011 08:56:00



Art. 4º - Poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para a realização da semana a que se refere esta lei.

Art. 5º - As atividades físicas realizadas deverão ser acompanhadas por profissionais da área de saúde e de educação física.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2011.


Luciana Rafagnin
Deputada Estadual – PT



JUSTIFICATIVA

A população de idosos vem aumentando gradativamente. No censo de 2010, o IBGE constatou que a população brasileira com 65 anos ou mais, que era de 5,9% em 2000, chegou a 7,4%.

Com o processo de envelhecimento, ocorrem mudanças que influenciam o comportamento do idoso. Há um declínio gradual das aptidões físicas, surgem alguns distúrbios, o corpo sofre modificações, como a diminuição das capacidades auditiva e visual e adquire lentidão no andar.

Esse processo é biologicamente normal e evolui progressivamente. Com isso, o idoso tende a modificar seus hábitos de vida e a rotina diária, passando a ocupar-se de atividades pouco ativas e reduzindo, assim, seu desempenho físico, suas habilidades motoras, sua capacidade de concentração, de reação e de coordenação. Esses efeitos da diminuição do desempenho físico acabam dificultando a realização das atividades diárias e a manutenção de um estilo de vida saudável.

A sociedade tem o dever de criar mecanismos que contribuam para a superação dos quadros de apatia, de autodesvalorização e de insegurança que levam os idosos ao isolamento social. É necessário criar condições para que o idoso possa usufruir o tempo que tem disponível com qualidade, por meio de atividades físicas adequadas à sua condição, alimentação saudável, cuidados com a saúde, espaço para lazer, bom relacionamento social e liberdade de expressão e criação.



Várias pesquisas têm demonstrado que a participação em atividades físicas regulares, recreativas e de lazer é fundamental para um bom desempenho físico do idoso, pois geram autoconfiança, satisfação e bem estar. Para isso, deve-se levar em conta que o equilíbrio entre as limitações e potencialidades do idoso contribui para que o mesmo lide com as inevitáveis perdas decorrentes do processo de envelhecimento.

As atividades direcionadas ao idoso devem ser organizadas de forma gradual e levar em consideração as suas particularidades. Devem promover também a aproximação social, ter caráter lúdico, com intensidade moderada e de baixo impacto, devem ser diversificadas, além de considerar a memória e o conhecimento acumulado pelo idoso para que o mesmo possa ter prazer na realização das mesmas.

O presente projeto de lei visa propiciar situações em que a pessoa com maior idade possa aprender a lidar melhor com as transformações que ocorrem com o passar dos anos. Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 987/11

Projeto de Lei nº 987/11

Autor: Deputada Estadual Luciana Rafagnin

Súmula: Institui a "Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa" no Estado do Paraná e dá outras Providências.

EMENTA: INSTITUI A "SEMANA ESTADUAL DE ESPORTE PARA A PESSOA IDOSA" NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, objetiva instituir a "Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa" no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto,

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, verbis:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

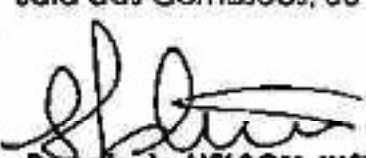
A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

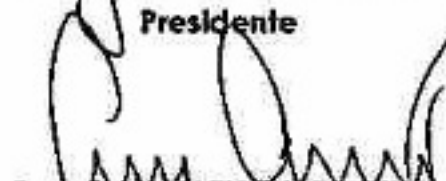
Portanto, não há óbice ao prosseguimento do projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado ALEXANDRE CURI
Relator

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.

*Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck***COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO****PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 987/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo instituir no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual do Esporte para pessoas idosas, na primeira semana de outubro de cada ano, em consonância com o dia internacional do idoso, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, comemorando no dia 1º de outubro.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável para o prosseguimento normal da propositura.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo estimular e motivar órgãos públicos e privados à promoção, realização e divulgação de eventos esportivos que valorizem a pessoa idosa.

Outrossim o projeto tem por finalidade articular ações de socialização, promoção da cidadania e qualidade de vida aos idosos. Estas atividades, nos termos da propositura, deverão ser acompanhadas por profissionais da área de saúde e de educação física, evidenciando por si o intuito destas e ressaltando os cuidados para com a saúde e a prática saudável de esportes suportados pelos idosos.

Isto posto, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em

11/04/12

ROSE LITRO
Presidente

MARLA TURECK
Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 987/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, autuado sob n.º 987/2011, Institui a "Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa" no Estado do Paraná e dá outras providências.

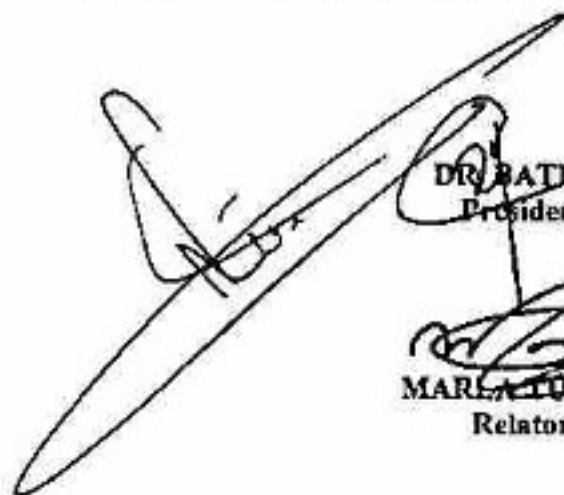
A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto, bem como recebeu aprovação pela Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso.

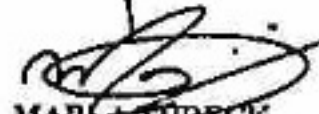
Por força do art. 33-1, chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por finalidade estimular e motivar órgãos públicos e privados à promoção, realização e divulgação de eventos esportivos que valorizem a pessoa idosa.


A atividade física é um ponto importante na qualidade de vida do idoso, e as benesses são inúmeras como, por exemplo, melhora na auto eficácia, diminuição da depressão, manutenção do peso corporal e melhora da mobilidade do idoso, melhora da velocidade ao andar e do equilíbrio, dentre outras.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 22/05/12


DR. BATISTA
Presidente


MARIA TURECK
Relatora





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 987/2011

O Projeto de Lei n.º 987/2011, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo instituir no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Esporte para a Pessoa Idosa na primeira semana de outubro de cada ano, em consonância com o dia internacional do idoso, estabelecido pela Organização das Nações Unidas, comemorado no dia 1.º de outubro.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão tem por finalidade estimular e motivar órgãos públicos e privados à promoção, realização e divulgação de eventos esportivos que valorizem a pessoa idosa.

A participação em atividades físicas regulares, recreativas e de lazer é fundamental para a manutenção da saúde e o desempenho físico do idoso, pois geram autoconfiança, saúde e bem estar.



COMISSÃO DE ESPORTES

CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Deputado Ney Leprevost
Presidente

Deputado Ney Leprevost
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 29 FEV. 2012

1º Secretário

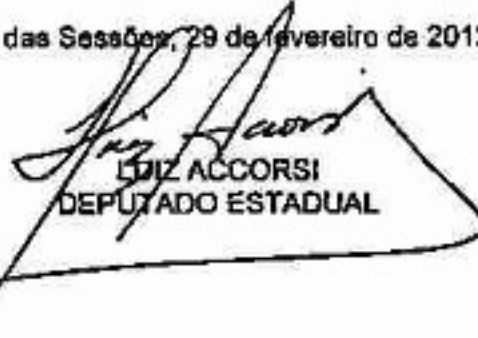
PROJETO DE LEI Nº 064/12

SÚMULA: Denomina Vereador Raimundo
Fernandes de Lima, a Rodovia
PR 589 - percurso Marilena -
Nova Londrina.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Vereador Raimundo Fernandes de Lima, o percurso da compreendido entre as cidades de Marilena e Nova Londrina;

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2012.


LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

Pretende a comunidade de Marilena, através de proposição aprovada pela unanimidade dos membros do Legislativo Municipal, de autoria dos senhores vereadores Domingos Gomes do Nascimento e Wilson José Capelossi, homenagear a memória de um dentre os seus ilustres e preclaros cidadãos, o saudoso Vereador Raimundo Fernandes de Lima.

Esta Casa, no cumprimento da sua excelsa missão de representação da vontade soberana do povo do Estado do Paraná, aprovando o presente Plano de Lei, reconhece como legítimo o pleito originário da egrégia Câmara Municipal de Vereadores de Marilena, dignamente dirigida pelo vereador-presidente, o senhor Carlos Cesar de Carvalho que, em ofício encaminhado ao parlamentar proponente, exalta Raimundo Fernandes de Lima, pelo seu passado de permanente dedicação ao desenvolvimento marilenense.

Fernandes Lima exerceu com louvado comportamento cívico a vereança por dois mandatos e dirigiu diligente e abnegadamente, a representação local dos operários da agricultura, congregados pelo seu Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marilena.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO 064/2012

Projeto de Lei nº 064/2012

Autor: Deputado Estadual Luiz Accorsi

Súmula: Denomina Vereador Raimundo Fernandes de Lima, a Rodovia PR 569 – Percurso Marilena – Nova Londrina.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O TRECHO A SER
DENOMINADO NÃO POSSUI
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por objetivo denominar de Vereador Raimundo Fernandes de Lima, a Rodovia PR 569 – Percurso Marilena – Nova Londrina, tendo em vista sua liderança regional.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso).

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 19
A1

Além disso, a LEI ESTADUAL Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS *ausente*
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Rua Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 064/2012

Projeto de Lei nº 064/2012
Autor: Deputado Luiz Accorsi

Súmula: Denomina Vereador
Raimundo Fernandes de Lima, a
rodovia PR 569 - Percurso Marilena
- Nova Londrina.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 064/12, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, denomina Vereador Raimundo Fernandes de Lima, a rodovia PR 569 - Percurso Marilena - Nova Londrina, no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 064/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem ao ex-vereador Raimundo Fernandes de Lima, homem público que prestou relevantes serviços ao município de Marilena. Tal relevância é demonstrada através da Indicação 13/2011, aprovada pela Câmara Municipal de Marilena no dia 28 de Novembro de 2011, a qual reverencia o trabalho prestado pelo vereador.

Cumpre a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal denominação, prestando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 064/12 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas, neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva prestar uma homenagem digna a um cidadão que representou bravamente os municípios de Marilena e Nova Londrina, trecho compreendido pela rodovia a ser denominada. Restando desta forma, evidentes razões para aprovação desta proposição.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 064/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 28 de maio de 2012.

MARCELO RANGEL

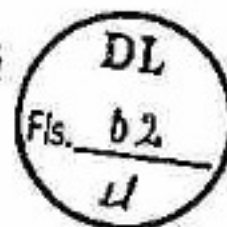
Presidente da Comissão

Francisco Buhrer

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



PROJETO DE LEI N. 236 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 29 MAIO 2012

Maurício
1º Secretário

Súmula: Concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes nasceu na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, em 15 de dezembro de 1947. Filha de Carlos Alfredo Afonso e Leny Pereira Afonso, é casada com Joaquim Antônio Guimarães de Oliveira Portes, mãe de Gabriela Pereira Afonso e avó de Manuela e Fernando. Atualmente é Desembargadora do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, presidindo a Quarta Câmara Cível desse Tribunal.

O Atuou como advogada em nosso estado no período de 1972 a 1992, quando então foi nomeada Juíza do extinto Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

Destaque-se que foi a primeira mulher empossada juíza de Direito do extinto Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

No período de 2010 a 2011, atuou como Presidente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, tendo louvável atuação, implantando o sistema de cadastramento biométrico eleitoral de Curitiba.

Foi Diretora da Escola Judiciária Eleitoral, de novembro de 2008 a janeiro de 2010.

O Para corroborar a oportunidade e justiça da presente proposição, o resumo currículo da Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes destaca a relevância de seu trabalho em prol da Justiça paranaense:

- Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1971;
- Colaboradora da Coordenação de Alocação de Recursos Humanos, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, para a elaboração de questões para o processo de Ascensão Funcional a nível superior (1981);



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



- Integrante da Comissão Examinadora, dos Exames de Ordem, da OAB/PR nos anos de 1981 a 1989;
- Membro da Comissão Estadual dos Direitos Humanos (1983);
- Secretária Administrativa do Instituto dos Advogados do Paraná -- biênio 1983/1985;
- Membro do Grupo Misto São Paulo - Paraná, para elaborar estudos sobre a Reforma do Código Civil, apresentando propostas para reforma dos artigos 1.582, 1.732 e 1.736 (1984);
- Membro da 2ª Comissão de Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná -- biênios (1985/1987);
- Eleita para compor o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, por indicação do Instituto dos Advogados do Paraná, para o biênio (1985/1987), sendo a 1ª mulher eleita para o Conselho da OAB/PR;
- Membro da Banca Examinadora do 1º Concurso Público de Delegado de Polícia - Feminino, no Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná (1985);
- Membro da Banca Examinadora para o Concurso Público para preenchimento do Cargo de Escrivão da 4ª Vara Criminal da Capital (1987);
- Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná -- biênio 1987/1989, sendo a 1ª mulher eleita para exercer cargo na direção da OAB/PR;
- Reeleita para o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná -- biênio (1987/1989);
- Colaboradora da Comissão Temática "Da Ordem Econômica e Social" da Constituinte Estadual, sobre o tema: "Os Direitos Jurídicos da Mulher". (1989);

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006 / 4206



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



- Empossada como a primeira juíza de Direito do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná (1992);
- Exerceu as funções de membro e Presidente da 4ª Câmara Cível, Presidente da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada, Presidente do 2º Grupo de Câmaras Cíveis e Diretora do Centro de Estudos Debates e Pesquisas do Tribunal de Alçada do Paraná (1992/1999);
- Nomeada primeira Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1999).
- Membro da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, (1999 – 2005). Membro da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no exercício da Presidência (2005 – 2012);
- Membro do Conselho da Magistratura (2001 - 2008);
- Integrante da Comissão de Concurso para o provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Paraná (2003 – 2004);
- Integrante da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (2006);
- Membro suplente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2008);
- Corregedora e Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2009/2010);
- Vice-Presidente do Colégio de Corregedores dos Tribunais Eleitorais do Brasil (2009/2010), oportunidade em que sediou em Curitiba, o 1º Encontro Conjunto de Presidentes e Corregedores Eleitorais do Brasil;
- Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (2010/2011).

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006 / 4206



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



De se destacar que a Desembargadora Regina Afonso Portes foi homenageada com a Comenda da Ordem do Pinheiro em 2011 e, em 2000, recebeu o título de Cidadã Honorária de Curitiba.

Com esse currículo notável e com sua vida já fazendo parte da história do Judiciário paranaense - pois são 20 anos contínuos de serviço público prestados à Justiça de nosso Estado - a Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes faz jus à homenagem que estamos propondo, bem como o Paraná faz justiça a uma de suas mais brilhantes mulheres que, tendo nascida no vizinho Estado de São Paulo, escolheu o Paraná como sua terra, para dar sua parcela de colaboração na construção deste Estado que prima pela formação da cidadania de seu povo.

Por isso, peço aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Desembargadora Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Por fim, a fim de cumprir com o disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 13.115/2001, com a redação dada pela Lei n. 16.213/2009, instruí este projeto de lei as certidões negativas criminais da homenageada, bem como ofício da Liderança dos Democratas informando haver quotas do partido para apresentação deste projeto de lei.

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006 / 4206



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 236/2012

Projeto de Lei nº 236/2012

Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ À DESEMBARGADORA REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Estadual Cantora Mara Lima, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná **À DESEMBARGADORA REGINA HELENA AFONSO DE OLIVEIRA PORTES.**

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

**Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 24
5

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 25
5

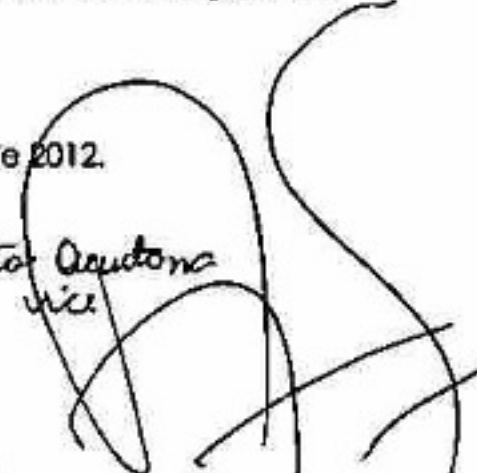
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 2012.




Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Carlos Aquino
vice


Deputado ALEXANDRE CURI
Relator







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Resolução nº 023 /2011

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 AGO 2011

1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, de natureza permanente e deliberativa, inclusivo, com sede na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

- I - Respeitar a vida e a diversidade;
- II - Estimular ao diálogo, ao entendimento, ao respeito às diferenças;
- III - Promover a Cultura da Paz;
- IV - Preservar o planeta;
- V - Redescobrir a solidariedade entre os povos;
- VI - Buscar o equilíbrio entre a relação de gênero e etnias;
- VII - Fortalecer a democracia;
- VIII - Respeito aos direitos humanos;
- IX - Promoção da não-violência, tolerância e solidariedade.

Artigo 2º - Compete ao Conselho a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política parlamentar voltada a ações pela cultura da paz, mediante as seguintes atribuições:

- I - Formular diretrizes e sugerir a promoção de atividades que visem às manifestações comunitárias e parlamentares pela paz, bem como tomar medidas efetivas na busca deste mesmo objetivo nos cenários sócio-econômico, político, filosófico, religioso e cultural;
- II - Sugerir ações governamentais;
- III - Assessorar o Poder Legislativo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de ações parlamentares em questões relativas às manifestações da comunidade pela cultura da paz;

DAP 023 - 31/08/11

[Handwritten signatures]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

D. L.

Fls. 07

IV – Desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à persecução de ideais comprometidos com a cultura da paz no Estado e ao cumprimento do disposto nos tratados internacionais;

V – Desenvolver projetos que promovam a participação de toda a sociedade a favor dos ideais de que trata esta resolução;

VI – Apoiar realizações mencionadas no "caput" e no Inciso V, bem como promover entendimentos e intercâmbios com organizações e movimentos sociais, nacionais e internacionais, pelos mesmos ideais;

VII – Elaborar o seu regimento interno "ad referendum" da Mesa da Assembleia Legislativa.

Artigo 3º - Fica instituída a Semana da Cultura da Paz, a realizar-se no mês de setembro de cada ano.

Parágrafo Único: a programação de eventos relacionados à semana da Cultura da Paz deverá anteceder o dia 21 de setembro.

Artigo 4º - Fica criado o Prêmio da Cultura da Paz, cujo nome será "Paraná Eu Tenho Paz", com os seguintes objetivos:

I – Fomentar os objetivos citados no artigo 1º desta proposição;

II – Ações que contribuam com a mudança de consciência a favor da Cultura da Paz;

III – Contribuir com o paradigma de um novo modelo de desenvolvimento.

§1º. O Prêmio será determinado pelo ConPaz/PR e será fornecido no dia 21 de setembro, ou no primeiro dia útil subsequente, sendo entregue a uma personalidade e uma instituição que tenha, de alguma forma, contribuído com a Cultura da Paz.

Artigo 5º - O Conselho será composto de número variado de membros e respectivos substitutos, escolhidos entre os representantes das organizações e

[Assinaturas manuscritas]



movimentos sociais comprometidos com a cultura da paz, e do Poder Legislativo, nomeados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, na seguinte proporção:

I – 9 (nove) Deputados, representantes das seguintes Comissões: Educação; Cultura; Segurança Pública; Saúde; Ecologia e Meio Ambiente; Direitos Humanos e Cidadania; Defesa dos Direitos da Mulher; Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso; Esportes;

II – 15 (quinze) representantes de organizações e movimentos sociais, sendo 9 (nove) representantes de organizações religiosas e espiritualistas, e 6 (seis) representantes de movimentos sociais, devendo, obrigatoriamente, dentre este número estabelecido para os movimentos sociais, constar 1 (um) representante do Movimento LGBT, 2 (dois) representantes das populações tradicionais, devendo uma destas vagas ser ocupada por um representante dos povos indígenas, e 1 (um) representante da população de rua;

III – 9 (nove) representantes dos seguintes Conselhos Estaduais: Saúde; Educação; Assistência Social; Direitos Humanos; Idoso; Esporte e Lazer; Segurança Pública; Criança e Adolescente; Cultura;

IV – 9 (cinco) representantes do Poder Executivo, devendo haver representação das seguintes Secretarias Estaduais: Cultura; Educação; Justiça; Ciência e Tecnologia, e Segurança Pública; meio ambiente; saúde; Família; Trabalho e Assistência Social;

V – 01 (um) representante de Entidades Sindicais Patronais;

VI – 01 (um) representante de Entidades Sindicais de Trabalhadores;

VII – 01 (um) representante da União Paranaense dos Estudantes;

§1º. Os partidos que não estiverem representados pelas Comissões listadas no Inciso I, poderão solicitar participação no Conselho e indicar 1 (um) representante.

[Assinaturas manuscritas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 95

§2º. A nomeação dos conselheiros recairá sobre pessoas indicadas por suas respectivas organizações e movimentos sociais comprometidos com a cultura da paz, devidamente credenciados junto à Mesa da Assembleia Legislativa.

§3º. Os membros deverão justificar sua ausência por escrito, sendo que a 3ª ausência dentro do período de um ano corresponderá a um pedido automático de renúncia das funções no Conselho.

§4º. Os membros terão direito a nomear um representante, com direito a voto, o que deverá ser apresentado por escrito.

Artigo 6º - As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, mas consideradas de serviço público relevante.

Artigo 7º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida a recondução consecutiva, nos termos do Regimento Interno.

§1º: A Mesa Diretora do Conselho será composta por 9 (nove) pessoas, todos membros do Conselho, sendo 8 (oito) Diretores e mais o Presidente do Conselho, eleito pelos membros do Conselho.

§2º: A Secretaria do Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná ficará sempre a cargo do Presidente da Comissão de Cultura.

Artigo 8º - A Mesa Diretora do Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, escolhida entre seus membros, será nomeada pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

Artigo 9º - No início do seu mandato, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa apresentará aos parlamentares e à comunidade os membros do Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz.

Artigo 10 - O Poder Legislativo propiciará ao Conselho as condições necessárias ao seu funcionamento, no que concerne a recursos humanos e materiais.

Artigo 11 - O Conselho Parlamentar da Cultura da Paz, ConPaz/PR, emitirá no período de 180 dias o seu Regimento Interno.

1

R

P

L

B.

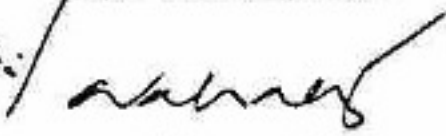



Artigo 12 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011.

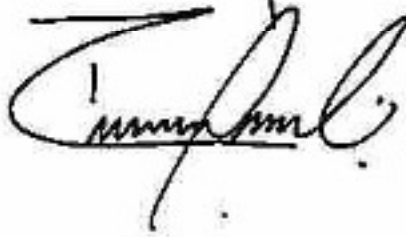
(a)


Dep. Péricles de Mello


TEREZO KATO


Morla Tureck


Rosca Rodrigues


Bernardo Ribos
Corli



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 07

JUSTIFICATIVA:

Os índices de violência e intolerância da sociedade contemporânea são alarmantes, constituindo um dos papéis primordiais do Poder Público, assim entendido os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a propositura de políticas públicas para a promoção da paz, tentando reverter o quadro crônico que o mundo e, principalmente, nosso país têm assistido.

Nessa esteira, a viabilização de algo democrático como é o Conselho ora proposto, contribuirá bastante para a promoção de políticas públicas que incentivem a tolerância; aliás, o convívio, em um mesmo espaço, de pessoas de origens distintas, dará imensa colaboração para tanto.

Afinal, o Conselho será formado por membros do Poder Legislativo (deputados), do Poder Executivo (Secretários de Estado), bem como pessoas ligadas aos movimentos sociais da sociedade civil. Isso poderá contribuir bastante para a melhora dos índices de criminalidade, na medida em que representantes da própria sociedade poderão propor ideias e proposições para promover a paz.

Aliado a Isso, a Constituição Federal de 1988 – Norma Fundamental do Estado Brasileiro – em seu artigo 3º, estabelece de forma expressa como um dos objetivos da República Federativa do Brasil, constituir uma sociedade livre justa e solidária.

A solidariedade, tal como previsto na Constituição Federal, é um dos objetivos desta resolução, vinculando ao Conselho discussões para a promoção da tolerância entre as diversas identidades culturais.

Em um dos documentos presentes no sítio da UNESCO, há interessante passagem que se coaduna perfeitamente para justificar a presente resolução: Desde sua criação ao final da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO tem agido sempre de acordo com os princípios delineados no preâmbulo de seu Ato Constitutivo: "Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas".

[Assinaturas manuscritas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 08

É justamente nas mentes dos homens, com a propagação da cultura da paz, que o conselho atuará.

Portanto, está claro que a formação de um Conselho, no âmbito do Poder Legislativo do Paraná, estará contribuindo para um dos principais objetivos de nosso país, ajudando a promover o bem estar dos cidadãos e a paz, auxiliando para alcançar a sociedade justa e solidária, conforme previsto no texto constitucional.


Sala das Sessões, 9 de agosto de 2011.

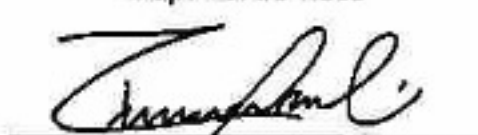
COMISSÃO DE CULTURA


Dep. Péricles de Mello (Presidente)



Dep. Rasca Rodrigues (Vice-Presidente)


Dep. Marla Tureck


Dep. Tércio Kato


Dep. Bernardo Carli


Dep. Nelson Justus


Dep. Caíto Quintana



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/11

Projeto de Resolução nº 023/11

Autor: Deputados Péricles de Mello, Rasca Rodrigues e membros (Comissão de Cultura)

Súmula: Dispõe sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O CONSELHO PARLAMENTAR PELA CULTURA DA PAZ DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 33-R, 121 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEGAL VOTO EM SEPARADO PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Rasca Rodrigues e membros (Comissão de Cultura) dispõe sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de resolução ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão ordem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição do Estado do Paraná determina como competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispor sobre sua organização e funcionamento:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 21
R

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis em seu artigo 33-R enuncia que à Comissão de Cultura compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico:

Art. 33-R Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Destarte, o PROJETO DE RESOLUÇÃO é o meio adequado para regular o referido assunto, conforme dispõe o art. 121, § 2º, do REGIMENTO INTERNO:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º -

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fla. 22
E


processual, sobre os quais deva a Assembleia
pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos,
...)

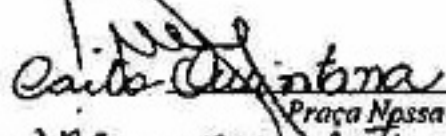
Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de
Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais
estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.


TADEU VENERI
DEPUTADO ESTADUAL


Cássio Cesarina
via - presidente

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 23/2011

SÚMULA: Dispõe sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná.


O presente Projeto de Resolução, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Rasca Rodrigues e membros (Comissão da Cultura), tem por objetivo instituir o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná.

Essa Comissão não é contrária à propositura, entretanto, entende necessária a apresentação de uma emenda substitutiva, a fim de viabilizar a implantação e funcionamento do Conselho que se pretende criar.

A emenda equilibra a necessidade de dar ampla representatividade ao Conselho, ao mesmo tempo em que viabiliza a administração e gestão desse órgão e é necessária a fim de que se viabilize o Projeto de Resolução na forma que foi proposto.

Assim, chamada essa Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania a se manifestar sobre o assunto, apresentamos parecer favorável à proposição, todavia nos termos da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2012.


Deputado Tadeu Venen
Presidente


Deputado Waldyr Pogliesi
Relator



EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/2011

Com fulcro no que autoriza o Art. 137, §2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da Emenda Substitutiva, alterando-se a redação do Projeto de Resolução nº 023/2011.

SÚMULA: Dispõe sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná

Artigo 1º. Fica criado o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, de natureza inclusiva, permanente e deliberativa, com sede na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com os seguintes objetivos:

- I – Respeitar a vida e a diversidade;
- II – Estimular ao diálogo, ao entendimento, ao respeito às diferenças;
- III – Promover a Cultura da Paz;
- IV – Preservar o planeta;
- V – Redescobrir a solidariedade entre os povos;
- VI – Buscar o equilíbrio entre a relação de gênero e etnias;
- VII – Fortalecer a democracia;
- VIII – Respeito aos direitos humanos e;
- IX – Promoção da não-violência, tolerância e solidariedade.

Artigo 2º. Compete ao Conselho a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política parlamentar voltada a ações pela cultura da paz, mediante as seguintes atribuições:

- I – Indicar diretrizes e sugerir a promoção de atividades que visem às manifestações comunitárias e parlamentares pela paz, bem como tomar medidas efetivas na busca



deste mesmo objetivo nos cenários socioeconômico, político, filosófico, religioso e cultural;

II – Sugerir ações governamentais;

III – Assessorar o Poder Legislativo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de ações parlamentares em questões relativas às manifestações da comunidade pela cultura da paz;

IV – Desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à persecução de ideais comprometidos com a cultura da paz no Estado e ao cumprimento do disposto nos tratamentos internacionais;

V – Desenvolver projetos que promovam a participação de toda a sociedade a favor dos ideais de que trata essa resolução; e

VI – Apoiar realizações mencionadas no "caput" e no inciso V, bem como promover entendimentos e intercâmbios com organizações e movimentos sociais, nacionais e internacionais, pelos mesmos ideais.

Artigo 3º. Fica instituída a Semana da Cultura da Paz a realizar-se no mês de setembro de cada ano.

Parágrafo único. A programação de eventos relacionada à Semana da Cultura da Paz deverá anteceder ao dia 21 de setembro.

Artigo 4º. Fica criado o Prêmio da Cultura da Paz, cujo nome será "Paraná Eu Tenho Paz", a ser entregue no dia 21 de setembro, com a finalidade de fomentar os objetivos citados no Art. 1º, motivando a formação de consciência em favor da Cultura da Paz e contribuindo com o estabelecimento de um paradigma de um novo modelo de desenvolvimento, sendo entregue a uma personalidade e a uma instituição que tenha de alguma forma, contribuído com a "cultura da paz".

Artigo 5º. O Conselho Ampliado será composto de número variado de membros e respectivos substitutos, escolhidos entre os representantes das organizações e movimentos sociais comprometidos com a cultura da paz, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, nomeados pelo Presidente da Assembleia Legislativa, na seguinte proporção:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



I – Um representante de cada partido político com assento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

II – 16 (dezesseis) representantes de organizações e movimentos sociais, sendo: 9 (nove) representantes de organizações religiosas e espiritualistas; 1 (um) representante de Entidades Sindicais Patronais; 1 (um) representante de Entidades Sindicais de Trabalhadores; 1 (um) representante da União Paranaense dos Estudantes; 4 (quatro) representantes de movimentos sociais, devendo, obrigatoriamente, dentre eles, constar 1 (um) representante do Movimento LGBT; 2 (dois) representantes das populações tradicionais, devendo uma destas vagas ser ocupada por 1 (um) representante dos povos indígenas e; 1 (um) representante da população de rua;

III – 9 (nove) representantes dos Conselhos Estaduais sendo: 1 (um) de Saúde; 1 (um) de Educação; 1 (um) de Assistência Social; 1 (um) de Direitos Humanos; 1 (um) de Idoso; 1 (um) de Esporte e Lazer; 1 (um) de Segurança Pública; 1 (um) de Criança e Adolescente e; 1 (um) de Cultura; e

IV – 9 (nove) representantes do Poder Executivo, devendo haver representação das seguintes Secretarias Estaduais: 1 (um) da Cultura; 1 (um) da Educação; 1 (um) da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; 1 (um) da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; 1 (um) da Segurança Pública; 1 (um) do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; 1 (um) da Saúde; 1 (um) da Família e Desenvolvimento Social e; 1 (um) do Trabalho, Emprego e Economia Solidária.

§ 1º. A nomeação dos Conselheiros recairá sobre pessoas indicadas por suas respectivas organizações e movimentos sociais comprometidos com a cultura da paz, devidamente credenciados junto à Mesa da Assembleia Legislativa.

Artigo 6º. O Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná será gerido por uma Coordenação Executiva, composta por 7 (sete) integrantes eleitos pelos membros que compõem sua versão ampliada.

Parágrafo único. A Secretaria do Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná ficará sempre à cargo do Presidente da Comissão Permanente de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



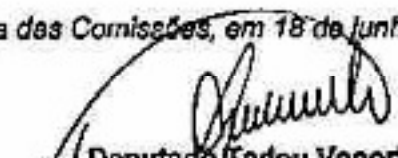
Artigo 7º. O mandato dos membros do Conselho, especificados nos artigos 5º e 6º, será de 2 (dois) anos, permitida a recondução consecutiva, nos termos do Regimento Interno.

Artigo 8º. Ressalvada a cessão do espaço necessário para reuniões e fornecimento de estrutura de apoio para a realização de eventos de interesse do Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, a atuação do Conselho não implicará em nenhum custo adicional para a Assembleia Legislativa, não sendo possível o estabelecimento de qualquer espécie de remuneração aos seus membros, bem como o Conselho não distribuirá lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, conselheiros ou mantenedores, sob nenhum pretexto.

Art. 9º. O Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz, ConPaz/PR, apresentará, para referendo da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, Regimento Interno, no prazo de 180 dias, contados de sua instalação, dispondo sobre suas competências, organização e funcionamento.

Art. 10º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator



JUSTIFICATIVA

Trata-se de Emenda Substitutiva ao Projeto de Resolução nº 023/2011, que visa instituir o "Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz", dando-lhe os contornos estruturais necessários para uma efetiva operacionalidade.

Respeitando os objetivos definidos no Projeto de Resolução, promovem-se alterações que longe de desviar o "Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz" de seus objetivos iniciais buscam, tão-somente, dotá-lo de estrutura capaz de viabilizar a sua implantação e funcionamento.

Mantém-se, assim, a condição básica de inclusão dos mais variados segmentos da sociedade, organizados em uma instância ampliada e de caráter consultivo-deliberativo, denominado Conselho Ampliado e cria-se uma estrutura de gestão, de natureza operacional, integrada por sete membros, eleitos pelo Conselho Ampliado, denominada de Coordenação Executiva.

Compatibiliza-se, dessa forma, a riqueza da participação inclusiva e organiza-se a operacionalização desse Conselho.

A Emenda Substitutiva remete detalhes de seu funcionamento ao Regimento Interno, que deve ser apresentado para referendo, pela Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, no prazo de 180 dias, contados de sua instalação.

Nesse contexto, chamada esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania a se manifestar sobre o assunto, apresentamos parecer favorável à proposição, todavia, com a emenda ora apresentada.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 2012.

[Assinatura]
Deputado Iadeu Veneri
Presidente
[Assinatura]
Deputado Waldyr Pugliesi
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/11

Projeto de Resolução nº 023/11

Autor da emenda: Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

Súmula: Dispõe sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Péricles de Mello, Rasca Rodrigues e membros [Comissão de Cultura] tinha como objetivo dispor sobre o Conselho Parlamentar pela Cultura da Paz do Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes têm competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias,

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento, (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respaldado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda substitutiva foi proposta pelo relator na Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva, vide §2º deste mesmo artigo, aquela proposição apresentada como sucedânea de outra,

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto,

(grifo nosso).



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 40
18

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de Julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR

APROVADO
03/07/12



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA


PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 013/12

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de junho de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de junho de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 10 de julho de 2012.


DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA - 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 023/2012-TC


Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº. 023/2012-TC, que trata do relatório do movimento de créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de junho de 2012, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinados os documentos entregues, conclui este Relator, que as despesas constantes da Proposição supracitada, encontram-se exatas, dentro da legislação em vigor e da regulamentação que as rege, merecendo Parecer Favorável.

É o Parecer FAVORÁVEL -- APROVADO.

Sala das Comissões em, 10 de julho de 2012.


DEPUTADO BULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
Relator



